

A CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM EM ÁREAS VERDES URBANAS E A PRÁTICA DO COMÉRCIO (IN) FORMAL NO MUNICÍPIO DE NAMPULA

Reginaldo Rodrigues Moreno MUACUVEIA

Doutorando em Geografia do Instituto de Geociências-IG
Universidade Federal de Uberlândia
Bolsista do PEC-PG/CAPES. E-mail: regi.muacuveia@gmail.com

William Rodrigues FERREIRA

Professor Doutor do Instituto de Geociências-IG
Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: w.ferreira@gmail.com

RESUMO

O trabalho apresenta elementos reflexivos sobre as profundas alterações do espaço nas áreas verdes da cidade de Nampula em função do comércio. Argumenta como as áreas verdes urbanas construídas para funções ecológicas, estéticas e até psíquicas, socialmente produzidas passam a ser locais de consumo exacerbado e, ao mesmo tempo, o meio onde se realiza o comércio informal de natureza formal. O objetivo analisar a configuração da paisagem das áreas verdes urbanas da cidade de Nampula, tendo em conta a prática comércio (in) formal como forma de perceber a sua dinâmica espacial. Deste modo, descreve-se o uso e “apropriação” das áreas verdes urbanas, mais concretamente os jardins públicos e os Canteiros Centrais de Avenidas, pois, nesses tipos de áreas verifica-se a prática desta atividade comercial com maior intensidade que criam e recriam outras formas e funções ao processo de (re) produção do espaço nas áreas verdes urbanas da cidade de Nampula. Realizou-se uma análise a partir de revisão da bibliografia como forma de compreender a aceção conceitual e a posterior analisar a dinâmica do comércio “informal” praticado nestas áreas, partindo da forma como se dá e a espacialidade que ela (re) produz. Os resultados indicam que as áreas verdes da cidade de Nampula, transformaram-se em locais de prática de comércio formal que é praticado a partir de bancas fixas sujeitados ao pagamento de obrigações fiscais e o informal, praticado pelos vendedores ambulantes móveis.

Palavras-chaves: Comércio informal, áreas verdes urbanas, reprodução, centro urbano, Nampula.

RÉSUMÉ

Le travail comporte des éléments réfléchissants sur les changements profonds de l'espace dans les espaces verts de la ville de Nampula en termes de l'échange. Raisonne comme espaces verts urbains construits aux fonctions écologiques, esthétiques et même psychiques, produites par la société deviennent des lieux de consommation excessive et en même temps, l'environnement dans lequel vous effectuez le commerce informel de la nature formelle. Le but de décrire la configuration du paysage des espaces verts urbains de la ville de Nampula, compte tenu des pratiques commerciales (en) formel comme un moyen de comprendre leur dynamique spatiale. Ainsi, il décrit l'utilisation et la « propriété » des espaces verts urbains, en particulier les jardins publics et parterres de fleurs Avenues Central parce que dans ces types de zones pour la pratique, il se avère cette activité commerciale avec une plus grande intensité qui créent et recréent d'autres formes et fonctions à la production processus (re) de l'espace dans les espaces verts urbains de la ville de Nampula. Nous avons effectué une analyse de revue de la littérature comme un moyen de comprendre la signification conceptuelle, puis analyser la dynamique du commerce « informel » pratiqué dans ces zones, en fonction de la façon dont ils donnent et la spatialité (re) produit. Les résultats indiquent que les espaces verts de la ville de Nampula, est devenu dans la pratique des sites de commerce formel qui est pratiqué des étals fixes soumis au paiement des dettes fiscales et informelles, pratiquées par les vendeurs ambulants.

Mots-clés: commerce informel, des espaces verts urbains, la reproduction, la ville intérieure, Nampula.

1. INTRODUÇÃO

O presente tema deste trabalho tem ligação com os processos inerentes à prática do comércio “informal” nas áreas verdes urbanas da cidade de Nampula, província com mesmo nome, situado a norte de Moçambique, país localizado na costa oriental de África.

Em Moçambique, de acordo com PNUD (1998) com a introdução do (PRE- Programa de Reabilitação Económica em 1987 e PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social em 1990), verifica-se o desenvolvimento das formas de produção capitalistas que têm trazido variações significativas nos processos de (re) definição urbana, principalmente a partir da década de 1990. Assim, as cidades passaram a desempenhar um papel comercial mais dinâmico relativamente ao passado com o Programa de Ajustamento Estrutural que foi um pacote que envolveu a dinamização do livre comércio associado ao processo de criação das primeiras autarquias em 1998, através da aprovação do pacote autárquico com a Lei 2/97 de 18 de Fevereiro (CHEZIANE, 2013).

Na cidade de Nampula, como em outras cidades moçambicanas e do mundo em geral a prática do comércio informal é feita em locais com maior fluxo de pessoas, assim como de veículos automóveis, ela contribui para a sobrevivência das famílias mais carentes. De acordo com Ivala (1999:11), “o sector informal integra unidades que não possuem licenças de pequenas escalas, engajadas na produção e distribuição de mercadorias e serviços, cujo objetivo principal é gerar o subemprego para os participantes”. Mas, o tal emprego é gerado em condições impróprias, à margem da lei, com características de fuga ao pagamento de obrigações fiscais e ocupação inadequada do espaço público devido à falta de regulamentação, ou a não aplicação dele, resultando conflitos ao se instalar bancas e barracas, o que de certa forma remete-nos ao surgimento de novas formas espaciais de consumo nas áreas verdes urbanas.

O objetivo geral é analisar a configuração da paisagem das áreas verdes urbanas da cidade de Nampula, tendo em conta a prática comércio (in) formal como forma de perceber a sua dinâmica espacial. Para o efeito, o trabalho foi desenvolvido à base de reflexão em torno da prática do comércio “informal” nas áreas verdes urbanas e, portanto, referente à “apropriação” do espaço por esta atividade fixa ou móvel que faz parte do contexto que envolve a cidade de um modo geral.

A palavra Informal aparece quase sempre com o (in) *formal* entre parêntesis porque nas áreas verdes urbanas analisadas o limite entre o informal e o formal é difuso, ou seja, em alguns casos é de difícil distinção a primeira vista e encontra-se direta ou indiretamente a ele articulado e Apropriação entre aspas “apropriação” é porque eles não se apropriam do espaço como tal no sentido de posse, mas o fazem por desconstrução e transformação (re) criativa do espaço.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho teve como base a pesquisa bibliográfica de livros e artigos científicos que abordam a discussão sobre o comércio formal e informal e a questão das áreas verdes e os espaços livres de uso público, uma discussão polissêmica que até aos dias de hoje merece uma atenção para os pesquisadores dessas áreas.

Houve uma fase de trabalho de campo, onde os autores com auxílio de uma equipam formada por 3 estudantes da graduação em Geografia e Gestão Ambiental no mês de Setembro e Outubro do ano de 2016 percorreram os espaços verdes com o propósito de fazer levantamento da prática da atividade comercial fixa e móvel através de uma observação, de modo a observar a dinâmica e o fluxo da atividade comercial praticada pelos ambulantes. Para análise das alterações da configuração espacial das áreas verdes urbanas, utilizaram-se imagens do Google Earth de 2005 e 2016.

2.1 O comércio informal e a informalidade

O conceito de comércio “informal” está diretamente ligado à questão da informalidade e da economia informal. São termos diferentes, mas apresentam similaridades intrínsecas, pois informalidade assume e se compõe de significados nos diferentes fóruns em termos das suas manifestações no dia-a-dia uma vez que para a compreensão do público de forma geral, para os acadêmicos e fazedores de políticas públicas ela varia em função da visão da realidade e os interesses da sociedade. Mas, qualquer que seja o significado atribuído às suas manifestações, a questão não pode ser dividida, ela deve ser abordada economicamente como um todo.

Não há uma definição universalmente aceita de comércio “informal”, mas, de acordo com Hart (1973), o comércio “informal” é aquela atividade que envolve a produção e distribuição de bens e serviços que não são detectados pelas autoridades municipais, estaduais e federais e, por isso, não pagam nenhum tipo de imposto.

Constata-se que, as explicações sobre o comércio “informal” e a informalidade e a própria definição do fenômeno foram sendo ampliadas e revistas à medida que o debate neste âmbito avançava é que novas circunstâncias econômicas, políticas e sociais acrescentavam novos elementos e novas questões para a discussão (SALAS, 2003).

Ao mesmo tempo, o uso diferenciado dos termos “setor informal”, “trabalho informal” e “economia informal” impediu que alcançassem uma definição consensual já que ainda não havia consenso sobre a possibilidade de uma teoria capaz explicar de maneira global tais fenômenos.

Deste modo, o comércio “informal” neste trabalho alinha-se ao mesmo diapasão de Hart (1973), que considera que comércio “informal” está ligado à prática de atividades desenvolvidas à margem da legislação comercial de um dado território seja de forma total ou parcialmente.

Embora não haja uma definição universalmente exata ou aceita sobre comércio “informal”, existe a percepção de que a noção dessa prática abrange a economia informal, a informalidade no geral e o trabalho informal, assim como setores informais e comerciantes informais, pois todas essas expressões têm características comuns que podem ser inseridas em uma só.

De acordo com Hart (1973), citado por Dinis e Matos (Sd), o comércio “informal” tem como principais características o caráter inobservável, outras são menos e ainda invisíveis de serem aferidas, refere ainda que o comércio informal tem especial peculiaridade de ser praticado por parte da população que enfrenta maiores riscos de pobreza, exposta a condições de trabalho inadequado e inseguro, sem segurança social e proteção de outras leis trabalhistas. Essas atividades podem ser classificadas como *comércio informal ambulatório ou móvel*, aquela que se desenvolve em vários lugares num mesmo dia, ele (vendedor) é quem se desloca a certos locais à procura dos clientes; e o *comércio estacionário ou fixo* aquele que desenvolve a sua atividade preso ao local onde os clientes os procuram. O autor sugere ainda que esta tipologia é baseada na estratégia de trabalho e na utilização do espaço público.

2.2 – Áreas Verdes Urbanas

No meio urbano, “área verde é um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação” (Cavalheiro et all, 1999). Isto significa que “são áreas livres na cidade, com características predominantemente naturais, independente do porte de vegetação” (MILANO; 1988).

Em geral, Llardent (1982) e Andrade (2004) afirmam que para uma área ser identificada como área verde deve haver a predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética,

ecológica e lazer) apresentando uma cobertura vegetal e solo permeável (sem laje) que devem ocupar 70% da área.

Assim, seguindo as linhas conceituais dos autores acima referenciados, numa área verde para além de ser uma área livre com predominância de vegetação no mínimo igual ou superior a 50% da sua área total, está deve apresentar permeabilidade do solo e contribuir para o embelezamento urbano, ter uma função ambiental e em suma ser uma área de recreio.

Por isso, Lima et al. (1994), Considera que “área verde é uma categoria de espaço livre, desde que haja predominância de vegetação gramínea, herbácea ou arbórea, como por exemplo, praças, jardins públicos e parques urbanos, os canteiros centrais de avenidas e ruas”.

Tendo em conta os conceitos anteriormente avançados, pode-se considerar que, áreas verdes são quaisquer áreas livres plantadas de vegetação, isto é, todo local dentro do perímetro de uma cidade, o que lhe confere ao carácter urbano, onde se verifica o predomínio da cobertura vegetal, ou seja, as plantas de porte arbóreo, arbustivo ou gramínea.

Deste modo, no presente trabalho, entende-se por área verde urbana (ou apenas área verde) o local onde há o predomínio de vegetação herbácea, arbustiva ou arbórea, englobando praças, jardins públicos, parques urbanos, canteiros centrais de avenidas de vias públicas na cidade.

Entretanto, não foi considerada como área verde neste artigo a arborização urbana, como também refere Lima *et al.* (1994) que as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como áreas verdes urbanas, pois as calçadas ou passeadeiras são locais pavimentados e impermeabilizados. Logo, enquadram-se na categoria de arborização urbana.

As áreas verdes urbanas podem ser classificadas de diversas formas, mas apresenta-se a classificação na óptica de Lima *et al.* (1994), que considera: a) *Parque urbano* – é uma área verde com função ecológica, estética e lazer; b) *Praça* – área verde, que tem como função principal o lazer. Uma praça, inclusive, pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada. No caso de ter predominância de vegetação, considera-se jardim; c) *Jardim Público* - é espaço livre caracterizado pelo cultivo de plantas ou pela presença de outros elementos naturais ou artefatos de diversa natureza, visando, prioritariamente, à contemplação, ao descanso e à deambulação no meio urbano; d) *Canteiros Centrais de Avenidas e Ruas* - áreas com vegetação localizada nas zonas de separação entre as faixas rodoviárias; e) *Jardins de Instituições* – áreas verdes correspondentes aos espaços adjacentes de diversas instituições; f) *Jardins de Residências Particulares* - correspondem às áreas verdes das residências.

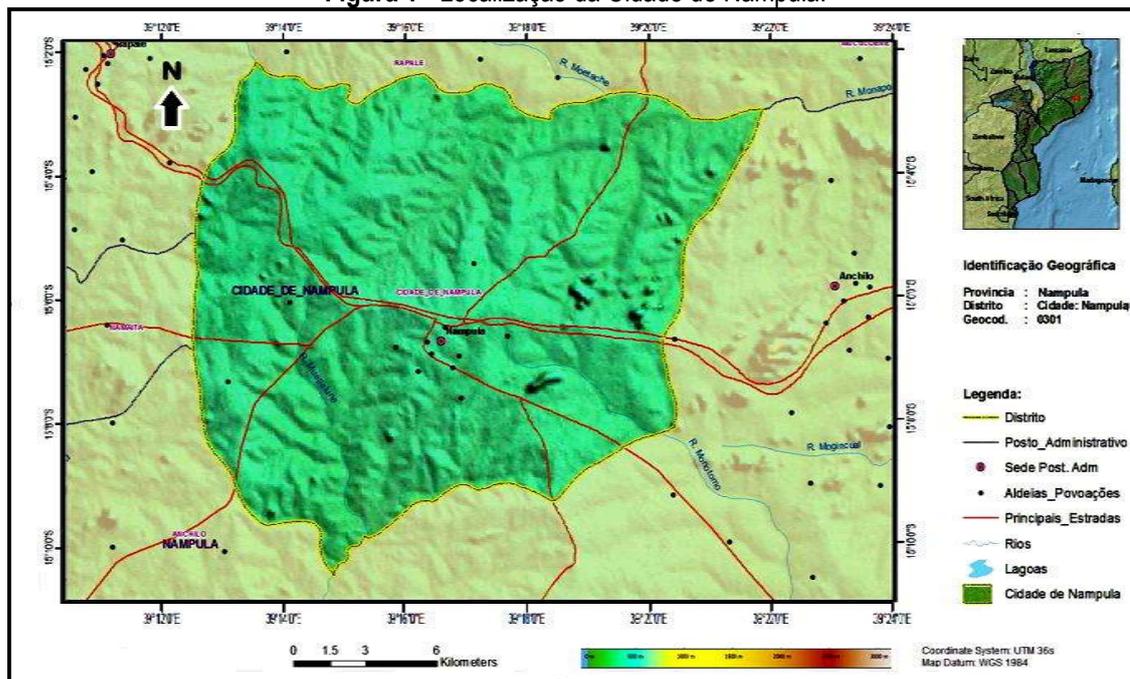
Importa referir que existem diversas classificações de áreas verdes urbanas, mas optou-se por esta de Lima *et al.* (1994), porque assemelha-se com a tipicidade das áreas verdes existentes no Município de Nampula, e as áreas verdes objeto de análise neste trabalho na cidade de Nampula foram os Jardins Públicos e Canteiros Centrais de Avenidas e Ruas.

No perímetro da cidade de Nampula, em termos de distribuição espacial, as áreas verdes públicas encontram-se localizados maioritariamente no Posto Administrativo Central, principalmente os jardins públicos e canteiros centrais de avenidas.

2.3 Área de estudo

A cidade de Nampula localiza-se na região norte da República de Moçambique no continente africano, é capital da província de Nampula, encontra-se entre 15° 01' 35" e 15° 13' 15" de Latitude Sul e 39° 10' 00" e 39° 23' 28" de Longitude Este e 404 km² de área (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Cidade de Nampula.



Fonte: INE, 2012.

De acordo com MAE (2005), Nampula é um distrito municipal que contém dentro dos seus limites um total de seis Postos Administrativos Municipais (PAM⁶) e 18 bairros⁷, tem cerca de 480 habitantes, segundo o censo de 2007 e acredita-se que atualmente poderá ter atingido 500.000 habitantes, segundo as projeções de crescimento (INE, 2008).

Em termos de atividades econômicas, estão montadas infraestruturas, fundamentalmente de prestação de serviços no Posto Administrativo Central e seus bairros, sendo as principais atividades econômicas na cidade o comércio formal e informal; transportes e comunicações; atividade turística e recreação; Instituições financeiras (bancos e seguros); Serviços de prestação múltipla (MAE, 2005).

Na cidade de Nampula, o comércio formal e “informal” é a atividade que mais abrange as populações quer em termos de número de praticantes, quer pelo volume de receitas cobradas. Por isso, Mosca (2010) considera que o comércio informal está articulado ao formal, reforçando-se mutuamente e é gerada por desequilíbrios de mercado, por políticas públicas desajustadas e debilidades institucionais.

Esta constatação apresentada pelo autor contribui para que na maior parte das instalações urbanas vocacionadas para habitação ou outros fins não comerciais sejam ocupadas para o comércio (canteiros das principais avenidas, parques de estacionamento de viaturas, garagens de automóveis, varandas de residências, passadeiras ou calçadas de peões, etc.) Por isso, Cherewa (1996:39) refere que:

Por ser uma antiga cidade colonial, ela desde cedo, surgiu, desenvolveu-se como um entreposto de transação de mercadorias e riquezas para atender as necessidades de desenvolvimento da Metrópole colonial.

Deste modo, então o caráter comercial da cidade de Nampula tem relação com sua gênese, pois a maior parte da população adulta e ativa encontra-se desempregada e sobrevive recorrendo à prática da atividade informal, incluindo a agricultura de subsistência na área do seu entorno e bairros suburbanos. A atividade informal é praticada por parte significativa da população da cidade de

⁶ PAM – Abreviatura do significado Postos Administrativos Municipais

⁷ ARAÚJO, 2003, p.216.

Nampula, através de vendas de produtos em mercados considerados “informais”, nas residências particulares, nas calçadas de ruas e avenidas de maior ou menor fluxo, até nas áreas verdes urbanas que é o objeto de análise deste trabalho. De acordo com Ivala (1999, p.11):

O sector informal integra unidades não licenciados de pequenas escalas, engajadas na produção e distribuição de mercadorias e serviços, cujo objetivo principal é gerar o subemprego ou autossustentação para os envolvidos.

Existe uma desordem do setor informal que faz com que algumas contribuam para a degradação do ambiente urbano, se tomar em conta a falta de observância de cuidados para indicações de locais apropriados para a prática desta atividade, aliado à deficiente eliminação de resíduos sólidos, efluentes daí resultantes, e a falta de cuidados higiênico-sanitários.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo do comércio na cidade de Nampula requer uma análise das suas transformações pelas quais vem passando no decorrer das décadas. Assim, apontaram-se algumas características com relação à trajetória da prática do comércio “informal” que contribui para a estruturação ou reestruturação das áreas verdes urbanas da cidade de Nampula, ou seja, para mudanças de usos desses espaços, forma e funções e surgimento de novas configurações espaciais.

De uma forma geral, já foi salientado que o comércio “informal” é praticado por mais da metade da população da cidade de Nampula. Pois, de acordo com Côrrea (1997) os processos sociais refletem as características da cidade. Deste modo, acredita-se que o comércio informal continuará se expandindo, pois as condições socioeconômicas atuais permitirão que o fenômeno cresça e prevaleça por muito mais tempo, como expressão real dos processos sociais na forma do ambiente físico e condições geográficas e socioeconômicas existentes.

Nampula tem as suas áreas verdes urbanas reafirmadas diante das formas e funções que foram se estabelecendo no local, reforçando os fluxos, pois a junção das atividades formais e informais contribui para a ideia da dinâmica da reprodução do espaço em áreas verdes urbanas a partir de novos usos que ocorrem dentro do seu perímetro, verificam-se permanências e transformações ao longo dos tempos com a edificação fixa, espontânea e passageira de infraestruturas vinculadas ao comércio “informal”.

Surge a “apropriação” do espaço, essa “apropriação” do espaço público para a prática do comércio informal é devido ao caráter do consumismo acelerado iniciado no século XX, contribuindo para que a maior parte dos lugares seja convertida em “espaços de consumo” ou de comércio “informal”.

A prática do comércio informal é justificada pela questão da falta de emprego, à falta de melhores condições de vida da população moçambicana no geral e da cidade de Nampula em particular. Mas acredita-se que nem todos que o praticam, fazem por falta de emprego, como afirma Cherewa (1996) que os praticantes do comércio informal o fazem por falta de emprego, o que é contrária a ideia de Ivala (1997), que considera que a prática do comércio informal deve-se ao fato da população querer melhorar a sua renda mensal.

Então, a “apropriação” das áreas verdes urbanas remete-nos a ideia da relação lugar/produto, pois os comerciantes informais utilizam esses espaços para vender os seus produtos na maioria das vezes. Aliás, na maior parte delas, transformam o espaço público em privado, apesar de eles não comprarem a parcela e nem o fazem por um aluguel, mas o privam ou “apropriam” dela para a prática de outro tipo de uso, dificultando o acesso e uso público para o qual foi concebido, apesar de como

refere Delgado (2008) que apropriar-se de um espaço significa reconhecê-lo como próprio, no sentido de apropriado, apto ou adequado para algo, mas, refere este mesmo autor que o espaço público, enquanto espaço de todos não poderia ser objeto de posse, mas sim de apropriação.

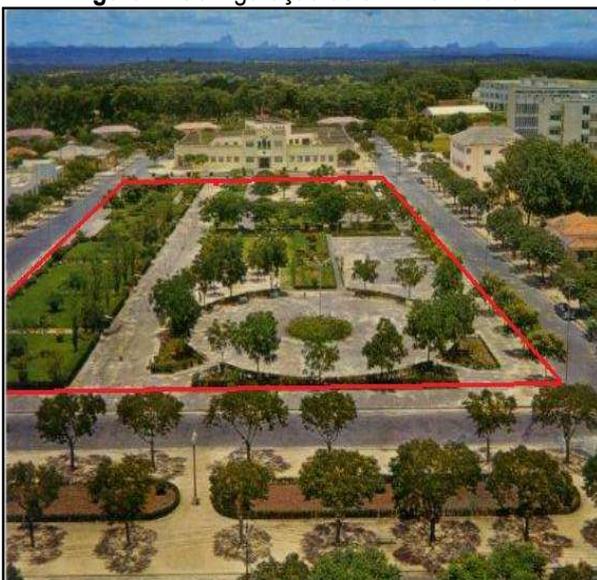
Então, é esta “apropriação” que se verifica nas áreas verdes urbanas da cidade de Nampula implica a reutilização do espaço por parte dos vendedores ambulantes e a reconstrução a partir de certa desconstrução dos espaços que correspondiam as áreas com vegetação e de solo permeável que são transformados em barracas com solo impermeável para o consumo de alimentos alterando o uso a forma e as funções. Por isso Augoyard (1979), citado por Fontes (2013:132) considera que:

“O processo de apropriação do espaço construído implica, portanto uma certa desconstrução desse espaço, sua transformação criativa, e é aí que reside a essência da vida coletiva no meio urbano, não se definindo somente pela oposição entre grupos, mas por uma constante tensão entre espacialidade construída e aberta ao uso e a desconstrução retórica desse espaço feita em proveito da expressão de estilos de vida diferenciados e por vezes conflitantes”.

É por essa razão que o município de Nampula sempre reconheceu que o comércio “informal” é uma questão que não tem estado a desaparecer. As autoridades optaram, desde os primeiros anos após a Independência Nacional de Moçambique (1975) até hoje por algumas soluções pouco sustentáveis, como a concessão desse tipo de espaços para venda de obras de arte local, como aconteceu na década de 1970, e a construção de bancas ou barracas nas áreas verdes urbanas nos finais da década de 1990, como mostram as figuras 3 e 4. Essa decisão ocorreu para formalizar o comércio informal nessas áreas, pois que para sua implantação ou utilização do local eram obrigados a pagar uma taxa diária de uso para os ambulantes e os de bancas precárias fixas.

Pode-se ver nas figuras 2 e 3 a configuração espacial desta área verde que corresponde ao Jardim da Praça do Destacamento Feminino (JPDF), em 1976 era constituído por elementos elementos maioritariamente que caracterizam uma área verde-a vegetação (fig.2), desempenhando, deste modo, a função estética e ecológica no meio urbano. Este cenário foi mudando devido aos problemas de gestão dessas áreas, pois em 2005, se pode ver na figura 3 que o jardim já começa apresentar escassa vegetação e o número de plantas arbóreas e gramíneas reduz significativamente.

Figura 2: Configuração do JPDF em 1976



Fonte: www.delcampe.net.

Figura 3: Configuração do JPDF em 2005



Fonte: GoogleEarth, 2005.

Figura 4: Atual do JPDF 2016



Fonte: Trabalho de Campo

Figura 5: Espacial do JPDF em 2016



Fonte: GoogleEarth, 2016

Com este cenário a prevalecer, a partir de finais do ano de 2012, o município começa a conceder espaço das áreas verdes urbanas a gestão de privados, onde como forma de garantir a manutenção do verde, passou a se construir barracas, lanchonetes, restaurantes e até pequenas shops nas áreas verdes da cidade, isto contribuiu de forma significativa para alteração da configuração dos espaço como se pode ver na figura 4 e 5, representa um cenário posterior no mesmo local apresentados nas figuras 2 e 3 no JPDF e 7 e 8 no antigo Jardim Mucapera, atualmente Monica Shop.

Figura 6 - Jardim Mucapera (JM) em 2005.



Fonte: GoogleEarth, 2005.

Figura 7 - Cenário do comércio 2016 no JM



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Figura 8 - Configuração espacial do JM, 2016.



Fonte: GoogleEarth, 2016.

Este fenômeno que se vê nas figuras 2 a 8 figuras demonstra como a prática do comércio contribuiu para a reprodução do espaço nesses que atualmente, foram implantadas várias infraestruturas de “raiz” de material convencional como um bar, restaurante, campo de jogos de salão polivalente que tem vínculo com à prática comercial como ilustra a figura 5.

Verifica-se também em outras áreas verdes urbanas da cidade a “apropriação” do espaço em Canteiros Centrais de Avenidas, onde de princípio o município de Nampula concedeu parte significativa Canteiros Centrais de Avenidas para a construção de barracas de venda e consumo de alimentos confeccionados e bebidas alcoólicas nos finais dos anos 2005 (fig.10) e intensificou-se o uso nos anos 2013 em diante. Atualmente, essas áreas estão associadas ao comércio “informal” com a existência de vendedores ambulantes (fig.9) de alimentos confeccionados, recargas de tele móvel entre outros materiais.

Algumas são intervenções temporárias que vão se transformando e permanecendo nas áreas verdes urbanas deixando marcas da prática do comércio. De certo modo isso corresponde, para alguns casos a questão que Fontes (2013) considerou que as intervenções temporárias deixam marcas permanentes não benéficas que não se pode ocultar os conflitos decorrentes desta atividade como o aumento de número de barracas de venda de alimentos, número de indivíduos que praticam o comércio (in)formal” nessas áreas, a revitalização do espaço físico é pouco visível e nesse sentido as áreas verdes urbanas continuam decadentes com a degradação do ambiente urbano, com a impermeabilização do solo com a pavimentação, produção de resíduos sólidos e destruição das plantas ornamentais destas áreas com edificações como aconteceu no atual Monica Shopping e nota-se a presença e categorização de duas modalidades de comércio “informal” móvel e estacionária. O móvel está associado aos comerciantes informais ambulantes que em algum momento do dia passam por essas áreas verdes ao encontro dos seus clientes de recarga de tele móvel, jornais e revistas e venda de produtos alimentares comestíveis como doces, refrigerante entre outros (figura 9). O grupo dos comerciantes fixos tem as suas bancas/barracas instaladas e os clientes vêm ao seu encontro para comprarem os seus produtos naquele local, principalmente alimentos, ou seja, confeitarias, cujos

proprietários o fazem, não por falta de emprego, mas sim para complementar substancialmente os seus ganhos, o que Côrrea (2000) considera:

Um tipo de unidade de pequenas e grandes vendas [...] especializadas ou com um “mix” de produtos [...] localizados em entroncamentos de caminhos [...] em cidades médias onde apresentam complexos padrões locacionais.

É possível observar um conjunto de bancas fixas de chapas de ferro e zinco nas áreas verdes da Avenida Eduardo Mondlane (figura 10), um cenário que se verifica na maior parte dos trechos das principais avenidas e ruas separadas por canteiros centrais com vegetação, este cenário acaba sendo resultado da ação dos agentes produtores e consumidores do espaço urbano que fazem a reorganização espacial através da intensificação do uso, realocação de equipamentos e planos urbanísticos que criam deterioração de áreas urbanas. É por essa razão que Ribeiro (Sd) considera que esta ação se processa de modo socialmente neutro.

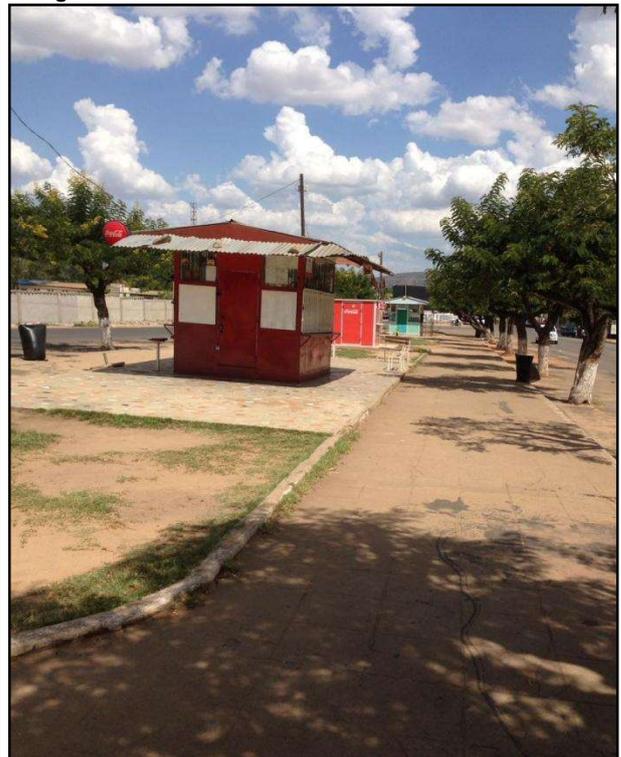
Diante do cenário apresentado nas figuras 2 e 10, permite constatar que as áreas verdes urbanas se fazem presente no contexto do que constitui a dinâmica comercial da cidade, uma vez que nelas se concentram algumas atividades terciárias, particularmente o comércio “informal” que de um ou outro modo atraem pessoas de alguns pontos da cidade.

Fig. 9 : Comercio ambulante de alimentos



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

Fig.10: Banca no Canteiro Central da Av. Eduardo



Fonte: Tuarique Salimo, 2016.

Assim, certos aspectos despertam atenção nas figuras no que diz respeito ao comércio informal dos ambulantes, barracas dos comerciantes fixos, a circulação de pessoas e outros aspetos que conferem as próprias áreas verdes pode-se considerar um local de relações entre algo destinado ao comércio e o cliente que é o consumidor. Essa relação leva-nos a considerar que neste caso o comércio “informal” praticado nas áreas verdes urbanas é como algo que faz parte da paisagem urbana da cidade de Nampula, pois há uma relação de especificidade entre a forma e o conteúdo no que tange a realidade dessas áreas verdes urbanas.

Nesse sentido, é importante ressaltar, que nas áreas verdes urbanas da cidade de Nampula pratica-se o comércio (in) formal de fato, revelando-se através das variadas atividades que interagem na sociedade, que não se pode excluir no dinamismo socioeconômico e espacial da cidade. Todavia, esses elementos podem ser incorporados ao que se considera (re) produção das áreas verdes urbanas em função da prática do comércio (in)informal querendo, de fato, referir que estão presentes de uma forma cada vez mais acentuada nas áreas verdes urbanas da cidade de Nampula, que eram anteriormente considerados de pequena significância no que diz respeito aos consumidores da mercadoria. Atualmente já não se pode desprezar ou negar essa relação pelo fato de ser local de atendimento de vários tipos de clientes, constituídos de diferentes posições sociais que adquirem algo ou prestam serviços nesses locais de consumo, devido ao preço relativamente baixo e/ou facilidades de acesso nessas novas formas e funções criadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi proposto no desenvolvimento deste trabalho, a que tomar em conta que se tentou trazer uma visão resumida da trajetória que envolveu a prática do comércio informal nas áreas verdes urbanas da cidade de Nampula, mais concretamente os Jardins Públicos e Canteiros centrais de avenidas e ruas. Portanto, tentou-se demonstrar situações que refletem a prática no cotidiano dessas áreas, embora a temática não se esgote aqui, pois existem várias questões que permeiam o conhecimento científico. Deste modo, a abordagem servirá de ponto de ancoragem ou estímulos para que novas ideias surjam de modo que possam ser colocadas em prática no contexto da geografia urbana, particularmente em Moçambique, que é muito pouco abordada. Foi com este intuito de pensamento que fez parte da temática escolhida, com objetivo de compreender a dinâmica das áreas verdes urbanas da cidade de Nampula, associada às estratégias comerciais e perante essa atividade que não podemos mostrar indiferença diante do que ocorre no contexto da cidade e a ligação com as pessoas que frequentam essas áreas em função do consumo, como vendedoras e como compradoras.

Desse modo, procurou-se relacionar as áreas verdes urbanas e o comércio “informal” que lá se pratica, tomando como base de análise o consumo do espaço, embora fazer uma associação desses elementos não tenha sido assim tão simples como uma mera imaginação. Ainda, abordou-se um pouco a questão da evolução da prática do comércio informal nas áreas verdes urbanas, ou seja, as primeiras manifestações, como também a relação com a dinâmica do uso do solo com enfoque para o consumo do espaço. Diante disso, fez-se um traçado sumário do perfil do comércio informal quanto à sua tipologia e a ligação com a questão de “apropriação” das áreas verdes urbanas, pois que nem todos os comerciantes fazem ou praticam o comércio informal da mesma forma.

Contudo, as áreas verdes urbanas se fazem presente na dinâmica comercial da cidade de Nampula e alguns aspectos despertam a atenção como as bancas dos ambulantes, as barracas dos comerciantes e a circulação de pessoas constituem atrativo para vários residentes desta urbe, o que demonstra as relações existentes e o que leva a considerar que a prática do comércio informal seja parte da paisagem urbana. Pois nesse sentido são incorporadas as novas espacialidades ligadas à prática do comércio “informal”, pois se mudam as formas e funções nas áreas verdes urbanas.

5. AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi graças ao apoio do Programa Estudante Convênio Pós Graduação PEC PG/ CAPES minha Agência Financiadora.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, R. V. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. 2001. 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- ARAÚJO, Manuel Mendes. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo; Nº14, 2003.
- _____. **Cidade de Nampula**: Rainha do Norte de Moçambique. Finisterra Editora, 2005.
- AUGOYARD, Jean-François. **Pas à pas. Essai sur le cheminement quotidien em mulieu urbain**. Paris: Éditions Conflences, 2002.
- CHEREWA, Dionísio. **Perfil ambiental da cidade de Nampula**. Maputo, Novembro de 1996.
- CHEZIANE, Eduardo. **A experiência autárquica moçambicana**. Maputo, 2013.
- CAVALHEIRO, *et al.* Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, Vitória, 1999.
- CÔRREA, Roberto Lobato. Processos espaciais e a cidade. In: **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **Comércio e Espaço: Uma retrospectiva e algumas questões**. Textos LAGET, Rio de Janeiro, UFRJ, nº 2, 2000.
- DELGADO, Manuel. **“Apropiaciones inapropiadas. Uso insolentesn del espacio público en Barcelon, In Post-it city, Ciudades ocasionales**, Barcelona: CCCB, 2008.
- DINIS, Alexandre, MATOS, Terezinha de J. **Comercio Informal de Boavista**. Textos e Debates nº 5, Sd.
- FONTES, Adriana Sanção. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea**. 1ª Edição, Casa Palavra. Rio de Janeiro, 2013.
- HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment. **Ghana, The Journal of Modern African Studies**, p. 61-89, 1973.
- INE. **Dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007**. Maputo, 2012.
- IVALA, Adelino Zacarias. **Uma contribuição para o estudo do comércio informal na cidade de Nampula**. Ed. Cadernos, Nampula, 1999.
- LIMA, A. *et al.* Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: **Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana II**, São Luiz, 1994.
- LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Madrid: Closas, 1982.
- MAE. **Perfil da cidade de Nampula – província de Nampula**. Edição de 2005, Maputo, 2005.
- MILANO, M. S. **Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba - PR**. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Curitiba, 1988. Disponível em: <<http://www.ipef.br/silvicultura/arborizacaourbana.asp>>. Acesso em: 5/11/2016
- MOSCA, João. **Pobreza, Economia “informal”, Informalidades e Desenvolvimento**. Maputo, 2010.
- PEZZOLO, Dinah Bueno. **Tecidos: história, tramas, tipos e usos**. São Paulo: Ed. Senac, 2012.
- PNUD. **Moçambique: paz, crescimento econômico: oportunidades para o desenvolvimento humano**, in Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. Maputo, 1998

RIBEIRO, Simone S. **Cidade e Espaço Urbano**. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=YbamdbvGzXQ>>. Acesso em: 01-09-2016.

SALAS, C. **Trayectorias laborales en México: empleo, desempleo y microunidades**. Tesis (Doctorado en Economía) - UNAM, Ciudad del México, 2003.

Artigo enviado em: 24 de maio de 2017 e aceito em: 03 de novembro de 2017.